

NOTÍCIAS DO MO: RELATO DE UMA LUTA NA FORD

(Jornal Política Operária, Nº 43, outubro de 1975)

A FORD, 3ª. maior fábrica de automóveis do país, estaria sem condições, no momento, para continuar subsidiando parte das consultas médicas feitas por seus empregados? Pelo menos é esta a justificativa que essa fábrica vem tentando impingir aos trabalhadores. Em setembro, ordenou que todos assinassem um documento se comprometendo a pagar integralmente as consultas feitas por eles e/ou por seus dependentes; (até agora, os funcionários pagavam 18 cruzeiros, e a FORD 30 cruzeiros, por consulta). Segundo declarações do Sindicato dos Metalúrgicos à imprensa, dos 11.488 empregados em São Bernardo 8.000 se recusaram a assinar, mesmo sob pressão de alguns chefes de turma. O Sindicato soube da recusa dos 8.000 através de um grupo de operários que foi denunciar a imposição da Ford à diretoria da entidade. Esta rodou, então, um boletim de convocação para uma assembléia, que foi introduzido na fábrica na mesma noite, quando não havia condições para os patrões tomarem conhecimento da distribuição. Quando tentou distribuir um segundo boletim, porém, a diretoria do Sindicato e os seus contatos foram barrados. Os patrões achavam que a frase "Quanto aos problemas criados pela Ford...", que iniciava o texto, era falsa, pois o problema não teria sido criado pela "empresa" com minúscula: tinha que ser Empresa, com inicial maiúscula. Outro veto recaiu sobre a parte em que o Sindicato dizia: "...a Ford terá que juntar ao processo uma série de documentos comprobatórios de suas alegações". Foi censurada, ainda, a palavra de ordem da diretoria do Sindicato, que apelava para os trabalhadores não assinarem o documento (embora estes inicialmente já houvessem tomado essa posição espontaneamente).

Que fizeram os pelegos? Simplesmente auto-censuraram seu boletim de cabo a rabo. Omitiram que o problema havia sido criado pela Ford; escreveram Empresa com letra maiúscula a gosto dos patrões; abriram mão de cobrar qualquer coisa (mesmo documentos comprobatórios) e aboliram a sua própria palavra de ordem. O novo texto só continha uma convocação para uma segunda assembléia).

Mas para profundo desgosto dos pelegos, que pensam que a "tática" de concessões lhes abre todas as portas, o seu boletim não pôde entrar na fábrica. Os patrões resolveram proibir o ingresso de todo e qualquer volante do Sindicato nas seções. É de se considerar ainda, que o assunto já ganhava divulgação na imprensa burguesa (os patrões chegaram a ordenar a apreensão, nas bancas internas da Ford, de todos os exemplares de um jornal que abordava o assunto).

Mas o fato é que 8.000 (oito mil) operários de diversas seções compareceram à 2ª. assembléia, a maioria vindos da fábrica naquela hora, outros que iam entrar no serviço dali a pouco. Os pelegos começaram a reunião lendo as 7 páginas da ata da assembléia realizada na DRT de SP entre o Sindicato, o advogado dos proprietários da Ford e representantes da ditadura. Informaram à assembléia o óbvio: que não haviam conseguido nada, que as palavras não tinham demovido os patrões de seus intentos. Desde o início da leitura, vários operários começaram a se retirar, em leves pequenas (no final da assembléia restariam apenas 50 no plenário, segundo cálculos dos próprios pelegos).

Depois das suas longas leituras, a diretoria do Sindicato deu palavra à membros da comissão de operários que assistira à 2ª. mesa-redonda. Dois deles foram intensamente aplaudidos. O primeiro deles mostrou sua revolta pelo fato do advogado dos patrões ter dito que há 15 anos não ia ao médico e que por isso não via motivo para tanta preocupação dos funcionários em torno de 48 cruzeiros por consulta. "Se ele tivesse que trabalhar 10 horas (dez horas) por dia que nem nós, respirar fumaça e comer comida crua, queria ver se ele não ia ao médico pelo menos uma vez por semana", disse o operário à assembléia, sendo entusiasticamente aplaudido. Acrescentou ainda que o trabalhador, mesmo aquele que conta com convênios de assistência, mais freqüentes nas grandes fábricas, não pode ir ao médico o quanto necessitaria, devido às exigências da produção (trabalho de 10 horas diárias). Disse que o maior número de consultas é feito pelos dependentes dos operários e

citou o exemplo de sua filha, que necessitava fazer 5 consultas em 15 dias. "Se a gente fosse concordar com a Ford quer, só nesse caso já seriam quase 250 cruzeiros descontados no fim do mês, salientou concluindo: se fizermos o que a empresa está querendo, nem adiantará mais fazermos consultas, pois não sobrá dinheiro para comprar os remédios que foram receitados".

O segundo operário leu para os seus companheiros um manuscrito de 5 folhas, resultado de pesquisas em jornais e de cálculos. Revelou que em 1970, quando foi instituído o atual plano de seguro e assistência médica, a carga da Sul América, era descontado 1% do salário de cada empregado e a consulta custava 2 cruzeiros ao operário, sendo o restante desta coberto pela empresa. Hoje o desconto é de 2% por mês e a consulta sai 18 cruzeiros para cada trabalhador, num aumento de 800% em 5 anos. "Pergunto aos companheiros: nossos salários, nesse período, subiram ao menos 200%?", indagou o operário, seguindo-se intensa manifestação do auditório.

Com o prosseguimento das exposições, alguns operários levantaram outro ângulo da questão: eles tem grandes despesas com consultas médicas por culpa da própria empresa. "Ela suga a nossa saúde e quer que nós mesmos paguemos o tratamento", disse um trabalhador.

As denúncias não se restringiram, entretanto, à questão do plano de seguro e assistência médica. Um operário lembrou que já há vários e elevados descontos referentes a refeições, condução e estacionamento (120 cruzeiros por mês) para aqueles que tem carro. Outro denunciou maus tratos: para ir ao banheiro tinha que praticamente "pedir de joelhos" ao chefe de turma, e na sua seção não permitiam que os trabalhadores tomassem o cafezinho servido na fábrica.

No final da assembléia, com 0,5% do quorum inicial, não havia condições de votação da brilhante proposta dos pelegos: não assinar o documento imposto pela empresa. Na verdade, para ouvir isso os operários não precisariam ter ido ao Sindicato; a iniciativa do boicote partira deles mesmos, na fábrica.

Os pelegos complementaram a sua proposta enfatizando que nada deveria ser assinado enquanto o Sindicato não determinasse o contrário, e prometiam que revelariam "qual a posição a adotar" após uma 3 mesa-redonda, marcada para dali a 8 dias. Ou seja: além de pretenderem encampar como sua uma atitude espontânea de protesto dos operários, os pelegos ainda anteviam a possibilidade de acordo com os patrões. Caso contrário, não teria razão de ser a ressalva quanto a palavra de ordem de nada assinar.

A comissão não tinha uma palavra de ordem comum. Alguns de seus membros chegavam mesmo a louvar a atitude dos pelegos na "condução" da luta. Outros membros, porém, identificaram a luta como dos trabalhadores, e não apenas nem principalmente como do Sindicato. Houve também componentes da comissão que se definiram claramente contra acordos com os patrões, em princípio e/ou naquela luta concreta. O que, diga-se de passagem, nem sonhariam fazer os pelegos. A sua política é outra, e depende fundamentalmente de um "bom relacionamento" com a burguesia. Caso contrário, não poderiam se dar ao luxo de enviar um ofício ao general Golberi do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da ditadura e ideólogo do regime, pedindo providências quanto às irregularidades dos planos de seguro e assistência médica, como fizeram os pelegos do Sindicato dos metalúrgicos de Santo André, diante de problemas semelhantes aos vividos pelos operários da Ford em São Bernardo.